

# SUMÁRIO

---

<b>Capítulo 1 – Princípios penais fundamentais .....</b>	<b>1</b>
1.1 O princípio da reserva legal ou da legalidade e suas funções .....	5
1.2 O princípio da intervenção mínima e o ordenamento jurídico brasileiro .....	21
1.3 O princípio da humanidade ou da dignidade da pessoa humana e seus efeitos na teoria da pena .....	25
1.4 Princípio da lesividade ou ofensividade: efeitos e violações .....	30
1.4.1 Princípio da insignificância ou da bagatela .....	35
1.4.2 Consequências da insignificância: uma análise da teoria da tipicidade conglobante .....	40
1.5 Princípio da culpabilidade (“culpa-habilidade”): fundamento da responsabilidade penal .....	49
1.6 O princípio da pessoalidade ou da intranscendência da pena e seus reflexos nas diversas espécies de pena .....	53
1.6.1 O princípio da individualização da pena e o problema dos crimes hediondos .....	55
1.7 Princípio da adequação social da conduta: uma visão crítica .....	59
1.8 O problema das contravenções penais sob a ótica dos princípios fundamentais .....	62

<b>Capítulo 2 – Classificação dos crimes: um novo paradigma .....</b>	<b>65</b>
2.1 Quanto ao sujeito ativo: crimes comuns – próprios – de mão própria .....	67
2.1.1 (Des)construindo o paradigma dos crimes de mão própria .....	69
2.1.2 Os crimes próprios em face da (in)comunicabilidade das circunstâncias (art. 30 do CP) .....	76
2.2 Quanto à sua composição: crimes simples – complexos .....	79
2.3 Quanto ao período de consumação: crimes instantâneos – crimes permanentes .....	82
2.4 Quanto à prática da conduta: crimes habituais .....	86
2.5 Quanto à forma de consumação: crimes materiais – formais – de mera conduta .....	89
2.6 Quanto à forma de lesão tutelada pelo tipo: – crime de dano – crime de perigo .....	94
2.7 Quanto à espécie de conduta descrita no tipo: uma nova forma de sistematização – crimes de ação e crimes de omissão (comissivos/omissivos) .....	97
<b>Capítulo 3 – Relação de causalidade .....</b>	<b>107</b>
3.1 Problemas inerentes à relação de causalidade .....	108
3.2 Desvendando a teoria da <i>conditio sine qua non</i> : regras e exceções .....	113
3.3 Indícios da imputação objetiva no código penal brasileiro .....	127
<b>Capítulo 4 – Aspectos controvertidos da teoria do erro .....</b>	<b>149</b>
4.1 Os erros essenciais e suas consequências: uma análise sistêmica em face da teoria limitada da culpabilidade .....	152
4.1.1 Erro <i>sui generis</i> – um conceito invertido pela doutrina pátria .....	168

4.2 Aspectos fundamentais dos erros acidentais .....	173
4.2.1 O erro determinado por terceiro .....	173
4.2.2 O erro quanto à pessoa .....	177
4.2.3 O erro de execução ( <i>aberratio ictus</i> ) .....	185
4.2.4 O erro quanto ao resultado ( <i>aberratio criminis</i> ) .....	191
 <b>Capítulo 5 – A inexigibilidade de conduta diversa como forma de instrumentalizar a aplicação da teoria da culpabilidade .....</b>	 197
 <b>Capítulo 6 – A nova estrutura dos crimes sexuais: uma análise crítica das alterações promovidas pela Lei 12.015/09 .....</b>	 215
6.1 Estupro (art. 213 do CP) .....	216
6.2 Estupro do vulnerável (art. 217-A do CP) .....	223
6.2.1 A revogação do art. 224 e o art. 9º da Lei 8.072/90 .....	224
6.3 Novas causas de aumento de pena nos crimes sexuais (art. 234 do CP) .....	228
6.4 As novas regras para as ações penais (art. 225 do CP) .....	231
6.5 Violação sexual mediante fraude (art. 215 do CP) .....	234
6.6 Corrupção de menores (arts. 218 e 218-A) .....	236
6.7 Favorecimento da prostituição ou exploração sexual (arts. 218-B e 228 do CP) .....	240
6.8 Casa de prostituição (art. 229 do CP) .....	241
6.9 Rufianismo (art. 230 do CP) .....	242
6.10 Tráfico internacional e interno de pessoas para fim de exploração sexual (arts. 231 e 231-A do CP) .....	243
 <b>Referências bibliográficas .....</b>	 247